



Senador Gim Argello (C), relator-geral do Orçamento de 2011, reuniu senadores e deputados responsáveis pelos relatórios setoriais para avaliar como o Congresso pode atuar para evitar que as emendas de bancadas sejam prejudicadas

CMO critica retenção de verba para emendas de bancadas

Propostas de investimentos pedidas de forma coletiva pelos representantes dos estados no Congresso são quase todas contingenciadas. No estado que conseguiu melhor desempenho, repasse de recursos foi de apenas 30,3%

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional discutiu ontem estratégias para evitar que, a partir de 2011, se repita o bai-

xíssimo índice de liberação de recursos pelo governo federal, quando se trata das emendas ao Orçamento apresentadas pelas bancadas estaduais. Há até um

caso em que nem um único centavo foi repassado ao estado. O melhor desempenho, alcançado por Mato Grosso do Sul (30,3%), foi considerado insatisfatório

por deputados e senadores. Ontem, as comissões permanentes do Senado aprovaram suas propostas de emendas ao Orçamento de 2011. **4 e 5**

Vai a Plenário indicação para diretoria da CVM **4**

Aprovados embaixadores para Bahamas e Belize **3**

Prazos mais longos para a Sudam e a Sudene **8**

Proposta torna flexível horário da Voz do Brasil

Conforme projeto aprovado pela Comissão de Educação, início da retransmissão poderá ser até as 22h, e não apenas às 19h. Matéria vai ao Plenário. **3**

Sérgio Zambiasi (em entrevista a jornalistas) explicou no parecer que as próprias emissoras de rádio vão decidir em que horário será melhor retransmitir o programa



José Cruz/Senado Federal

Produção de frutas nativas pode ser isenta de ITR

Comissão de Agricultura libera do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural produtor que cultivar frutas de sua região. **7**

Presidente do IBGE falta três vezes e acaba convocado **7**

O tamanho da representação do Brasil no Parlamento do Mercosul deve ser definido pelo Congresso até o fim do ano. Mercadante rejeita indicação de não parlamentares



José Sarney recebe senadores Aloizio Mercadante e Marisa Serrano, e deputados Dr. Rosinha e Iris Araújo, do Parlasul

Parlamentares querem definir bancada no Parlasul

INTEGRANTES DA REPRESENTAÇÃO brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniram-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para tratar da prorrogação dos mandatos dos atuais parlamentares brasileiros e da proposta de aumentar de 18 para 37 o número de representantes do Brasil no Parlasul a partir de 2011.

A resolução do Congresso Nacional que estabelece o número de 18 parlamentares vigora até o fim deste ano. Uma nova resolução deverá ser votada até o fim de dezembro, indicando o número de representantes

brasileiros no Parlasul, além de regulamentar a prorrogação dos mandatos dos atuais parlamentares até 31 de janeiro.

– Nosso mandato se encerra, pela resolução atual, no dia 31 de dezembro. Precisamos prorrogar até 31 de janeiro para que não haja um vazio de representatividade até fevereiro, quando tomam posse os novos senadores e deputados – explicou o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

De acordo com Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside o Parlasul, há polêmica em torno da segunda fase de implantação do Parlasul.

– Alguns parlamentares sugerem que entre esses 37 representantes do Brasil no Mercosul possam estar parlamentares não eleitos nas eleições para a Câmara e para o Senado. Nós achamos que só pode ser parlamentar do Mercosul aqueles que já são parlamentares eleitos.

Mercadante explicou que a previsão é realizar eleições diretas para o Parlasul no Brasil em outubro de 2012.

– A partir de 2012, aquele que não é parlamentar e quiser ser parlamentar do Mercosul terá esse direito, desde que vença a eleição.

Sarney descarta urgência para o Ato Médico

Representantes de profissionais da saúde obtiveram ontem do presidente do Senado, José Sarney, a garantia de que o projeto do Ato Médico – PLS 268/02, que define atividades privativas dos médicos – não tramitará em caráter de urgência. Eles defendem mudanças no texto em análise pela CCJ e a realização de uma audiência pública. “Não vamos colocar em urgência um projeto controverso como esse”, afirmou. No dia 10, Sarney recebeu dos médicos pedido para acelerar a tramitação.

Novo CPP passa por segundo turno de discussão

O Plenário realizou ontem o segundo turno das discussões sobre a proposta que reformula o Código de Processo Penal (CPP). Agora, a matéria e as emendas apresentadas nessa fase serão enviadas à comissão especial que examina o assunto. O relator do projeto (PLS 156/09), Renato Casagrande (PSB-ES), anunciou que as emendas serão votadas na próxima terça-feira. Em seguida, retornam ao Plenário.

– Espero que a proposta seja finalmente aprovada até o início de dezembro – declarou.



Paulo Paim reclama aprovação de projetos em favor da terceira idade

Paim prevê força política maior para os idosos

Embora a expectativa de vida tenha aumentado e, com isso, a força política da população idosa, parece que os políticos não se dão conta disso e pouco têm feito para melhorar a qualidade de vida dessa faixa etária, disse em discurso o senador Paulo Paim (PT-RS).

– Chegará um dia em que nenhum presidente, senador, deputado, governador, prefeito ou vereador conseguirá se eleger sem mostrar sua responsabilidade para com os idosos, aposentados, pensionistas ou não – apostou.

Paim mencionou diversos projetos seus com vistas a beneficiar essa faixa da população. Ele lembrou do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – ainda a ser apreciado pelo Congresso – à derrubada do fator previdenciário do cálculo das aposentadorias, feita por meio de emenda de Paim ao PLV 2/10.

Congresso mundial discute situação dos aposentados

As políticas de previdência social no Brasil e em diversos países estão sendo discutidas no 1º Congresso Mundial dos Aposentados, aberto ontem no Auditório Petrônio Portella. Realizado pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), com promoção do Senado, o encontro termina hoje. Atendendo a solicitação do senador Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também participa da organização do evento.

Participam do encontro representantes de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Argentina, Espanha, Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos. Os especialistas vão apresentar a situação dos aposentados nesses países, fazendo um comparativo com a situação no Brasil.

Na primeira palestra do congresso, o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, falou sobre a experiência brasileira de parcerias com outros países. Conforme o ministro, o Brasil tem promovido esse diálogo buscando novas práticas que deram certo e que podem contribuir com a melhoria da Previdência Social.

Ao saudar os participantes, Paim destacou a importância da discussão sobre as iniciativas de apoio a aposentados e pensionistas em outros países.

Cristovam leva Prêmio Congresso em Foco de melhor senador

Pelo segunda vez consecutiva, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) recebeu o Prêmio Congresso em Foco de melhor senador do ano. A entrega foi em cerimônia realizada ontem em Brasília. Marina Silva (PV-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) – segundo e terceiro colocados – foram agraciados com diplomas. Receberam placas comemorativas e diploma os senadores classificados do quarto ao décimo lugar: Paulo Paim (PT-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demóstones Torres (DEM-GO), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Senador mais votado pelos

internautas, Cristovam também foi o parlamentar que mais se destacou na defesa da educação. Nessa categoria, Flávio Arns (PSDB-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS) foram destaques. Marina Silva foi eleita pelos internautas como a parlamentar que mais atuou na defesa do meio ambiente no Congresso Nacional em 2010.

Tião Viana (PT-AC) foi considerado o melhor parlamentar na categoria Promoção da Saúde. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) foi destaque nessa área. Na categoria Combate à Corrupção, foram indicados como destaques Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Pedro Simon.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Projetos de conversão trancam pauta

14h A sessão deliberativa de hoje tem a pauta trancada por dois projetos de conversão (PLVs 11/10 e 12/10) e uma medida provisória, a MP 498/10, que tem prioridade de votação e abre crédito extraordinário para a Presidência da República e para 11 ministérios.

Presidência Governador do Paraná

10h José Sarney recebe relatório final do projeto de novo Código Civil pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS). Às 12h, recebe o governador do Paraná, Orlando Pessutti, e, às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Sinais de eventos esportivos para a EBC

8h30 Proposta que determina a cessão de sinais de eventos esportivos de interesse nacional para a Empresa Brasileira de Comunicação está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que vota autorizações de funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CPC Apresentação do relatório final

9h30 Apresentação do relatório final do novo Código de Processo Civil à comissão especial destinada ao exame do projeto

CMO Eletronorte e MMA falam sobre obras

10h O Comitê de Avaliação de Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves da CMO ouve o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, Adhemar Palocci, e o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano da Costa.

CDH Troca de nome para transexuais

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vota hoje projeto que possibilita a troca de nome de pessoas transexuais.

CRE Análise de emendas ao Orçamento

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota emendas ao Orçamento para 2011. Analisa ainda a indicação de Marcos Leal Raposo Lopes para embaixador do Brasil no México e de George Monteiro Prata para a República Tcheca.

CE Perseguição a homossexuais nas escolas

10h “Bullying homofóbico nas escolas” é o tema de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que contará com a participação de três convidados.

CCJ/CAE Banco Panamericano

10h Em debate, a crise no banco Panamericano com os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho. Às 14h, comissões ouvem os presidentes das auditorias Deloitte e KPMG do Brasil, e do Banco Fator.

Congresso Créditos suplementares

12h Sessão do Congresso para votar projetos que liberam crédito orçamentário suplementar em favor de órgãos do Executivo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Waldemir Borreto/Senado Federal

Tomas Mauricio Guggenheim (E), Eduardo Azeredo e Ronaldo de Campos Veras

Nomes de embaixadores em Belize e Bahamas vão a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações presidenciais de dois novos embaixadores para Bahamas e Belize. As indicações vão agora a Plenário.

Tomas Mauricio Guggenheim, indicado para o cargo de embaixador do Brasil junto a Belize, e Ronaldo de Campos Veras, indicado para a embaixada nas Bahamas, foram sabatinados ontem em reunião presidida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Tanto Belize quanto Bahamas são integrantes da Comunidade do Caribe (Caricom), bloco de cooperação econômica e política criado em 1973 e formado por 14 países. Belize também é membro do Sistema de Integração da América Central (Sica), órgão encarregado de incentivar a integração centroamericana. Para os sabatinados, os dois países servem como uma espécie de ponte para as relações brasileiras com esses blocos

políticos e econômicos.

As indicações de Guggenheim e de Campos Veras tiveram pareceres favoráveis, respectivamente, dos senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e João Ribeiro (PR-TO).

Países do Caribe

BAHAMAS

» Área: 13.880 km²

» População: 310.426

» PIB per capita: US\$ 29.700

BELIZE

» Área: 22.966 km²

» População: 314.522

» PIB per capita: US\$ 8.300

Fonte: CIA World Factbook

Projeto permite que o tradicional programa de rádio, com notícias sobre as atividades dos três Poderes, seja transmitido pelas emissoras entre as 19h e as 22h

CE aprova a flexibilização do horário da Voz do Brasil

O INÍCIO DO programa *Voz do Brasil*, retransmitido obrigatoriamente por todas as emissoras de rádio do país desde 1935, poderá ocorrer até as 22h pelo horário de Brasília. A flexibilização do horário consta de substitutivo do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para o Projeto de Lei da Câmara 109/06, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que o encaminhou ao Plenário, em regime de urgência.

Até hoje, escuta-se ao mesmo tempo em todo o país a vinheta "Em Brasília, 19 horas", que marca o início da *Voz do Brasil*. Por meio do projeto, aprovado por acordo na comissão, com abstenção do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), as emissoras de rádio poderão optar por iniciar o programa em qualquer momento entre as tradicionais

19h e o teto de 22h, sempre pelo horário oficial de Brasília.

– As emissoras vão discutir em que horário será melhor retransmitir o programa. Em algumas regiões, manterão o horário das 19h, pois o aprimoramento do programa o torna mais interessante – disse Zambiasi ao apresentar seu voto.

Como optou por um substitutivo ao projeto proveniente da Câmara, o relator decidiu rejeitar os cinco outros projetos semelhantes apresentados no Senado, um deles de Alvaro Dias (PSDB-PR), que concordou com o texto de Zambiasi.

– Há os que consideram desnecessária a *Voz do Brasil*, mas não compartilho dessa opinião. Ela tem seu espaço e presta um serviço de utilidade pública. O projeto vai favorecer as emissoras e os que estão acostumados

a acompanhar o noticiário da *Voz do Brasil* – avaliou Alvaro.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) também apoiou a proposta, lembrando a importância da *Voz do Brasil* para os que vivem no interior do país e têm no programa uma de suas principais fontes de informação. A utilidade da *Voz do Brasil* foi ressaltada pelos senadores Augusto Botelho (sem partido-RR) e Fátima Cleide (PT-RO).

Segundo Augusto, a ampliação do horário de transmissão do programa poderá beneficiar os habitantes de Roraima, onde, durante o horário de verão, existe uma diferença de duas horas para o horário de Brasília. Presidente da comissão, Fátima Cleide felicitou o relator pela "construção do consenso" que permitiu a aprovação do projeto.



Jose Cruz/Senado Federal

O relator Sérgio Zambiasi (E) elaborou um texto alternativo para a proposta originária da Câmara dos Deputados. Aprovado ontem pelos membros da CE, projeto agora depende da votação em Plenário

Azeredo cobra providência contra grosseria a Enio Cordeiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse estranhar as notícias de que a Argentina teria ameaçado criar barreiras informais contra produtos brasileiros.

De acordo com o senador, a ameaça teria sido transmitida pelo secretário de Comércio argentino, Guillermo Moreno, ao embaixador do Brasil em Buenos Aires, Enio Cordeiro. Azeredo disse que as notícias dão conta que essa comunicação teria se dado "de maneira grosseira e em tom agressivo". O parlamentar pediu que a diplomacia e o governo

brasileiros tomem as devidas providências sobre o caso.

A comissão decidiu ainda ouvir os presidentes das assembleias legislativas do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A proposta foi do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A CRE reúne-se hoje para votar emendas ao Orçamento de 2011 e examinar as indicações de Marcos Leal Raposo Lopes para o cargo de embaixador do Brasil no México e de George Monteiro Prata para embaixador na República Tcheca.

Obras públicas deverão ter arquivos de informações

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 166/08) que obriga os órgãos da administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a manter arquivos de informações referentes a obras públicas sob sua responsabilidade. De acordo com a proposta, que teve como relatora *ad hoc* Marisa Serrano (PSDB-MS), o acesso aos arquivos será franqueado a alunos e professores de Engenharia e Arquitetura.

Foi também aprovado projeto de César Borges (PR-BA) – PLS 150/07 – que permite dedu-

ção de despesas educacionais com "terceiros necessitados" para o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. A proposta, que teve como relator Francisco Dornelles, será apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CE rejeitou o PLS 242/05, de Tião Viana (PT-AC), que tornaria obrigatória a aprovação prévia pelo Senado dos indicados para presidentes de autarquias, fundações e empresas públicas federais. Outros quatro projetos que tramitavam conjuntamente com aquele foram rejeitados.

CMA debaterá marco regulatório da TV por assinatura

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que pede audiência para debater, em conjunto com outras comissões da Casa, projeto que atualizará o marco regulatório do setor de televisão por assinatura ao novo ambiente de convergência tecnológica.

O senador quer ajudar na tramitação mais rápida da proposta, na expectativa de que o texto possa ser aprovado ainda este ano. A data do debate ainda será definida.

Adriano Kalme/Senado Federal



Flexa Ribeiro (C) acredita que medida protegerá o consumidor e estimulará uma "saúdável concorrência no setor de peças"

Manual do carro terá lista das peças

O manual de manutenção dos veículos deverá trazer denominação, marca e código de referência das suas principais peças. É o que prevê projeto (PLS 125/10) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). Para o autor, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), essas informações facilitam a compra de peças de reposição. Segundo ele, os proprietários de veículos hoje são "reféns" das redes autorizadas.

Pelo texto, caberá ao fabricante ou ao importador assegurar que a lista de in-

formações sobre as peças passe a constar dos manuais. Os códigos e referências irão garantir a compatibilidade da peça com o automóvel, independentemente de se tratar de um item original ou de outro fornecedor. Para Flexa, a medida estimulará uma "saúdável concorrência no mercado de peças de reposição".

– Muitas vezes, são produzidas pelas mesmas indústrias que abastecem as montadoras e são vendidas por preços mais altos nas revendedoras de automóveis – lembrou o autor do projeto.



Luciana Pires Dias foi sabatinada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Garibaldi Alves Filho

José Cruz/Senado Federal

CAE aprova nome de diretora para a Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou por unanimidade, ontem, a indicação da advogada Luciana Pires Dias para ocupar o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Durante a sabatina, o relator da mensagem de indicação, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou parecer favorável à aprovação, destacando a experiência de Luciana

Pires Dias obtida na atuação em grandes litígios relacionados com o mercado de capitais.

Com mestrado em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e em Ciências Jurídicas pela Stanford Law School da Califórnia, nos EUA, Luciana Pires Dias atua desde 2007 como superintendente de desenvolvimento do mercado de capitais da CVM.

CMO discute baixa execução das emendas de bancadas

Senadores e deputados buscam formas para que verbas destinadas pelas representações de cada estado sejam efetivamente liberadas pelo governo federal

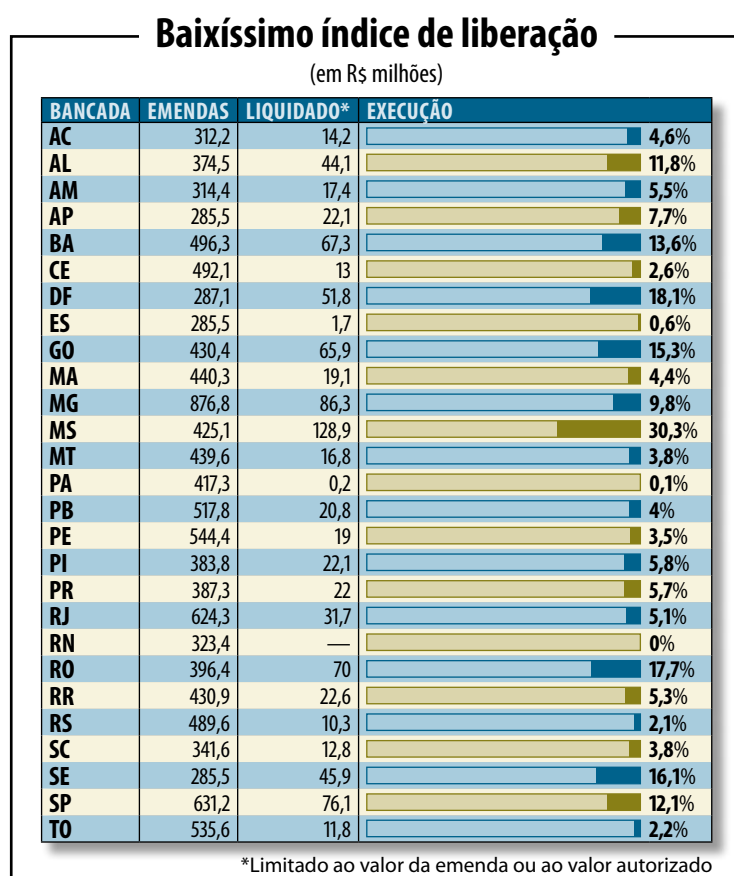
CRÍTICAS À BAIXA execução das emendas de bancadas dominaram ontem a reunião do relator-geral do Orçamento da União, Gim Argello (PTB-DF), com os relatores setoriais. Levantamento analisado pelos parlamentares durante o encontro na Comissão Mista de Orçamento (CMO) revela que, na maioria dos casos, o desejo das bancadas não é levado em conta na execução do Orçamento pelo governo federal.

A bancada do Rio Grande do Norte, por exemplo, colocou no Orçamento de 2010 emenda de R\$ 323,4 milhões, mas nenhum centavo foi executado. A bancada do Pará, no mesmo ano, conseguiu R\$ 417,3 milhões, porém somente R\$ 295 mil (ou 0,1%) foram efetivamente gastos em obras ou serviços previstos na proposta. O Espírito Santo deveria ter sido beneficiado com R\$ 285,5 milhões acrescentados por sua bancada e só R\$ 1,7 milhão (0,6%) foi liberado.

Campeões

Mesmo nos estados mais bem aquinhoados, o percentual foi considerado muito baixo pelos congressistas. O campeão na execução de emendas foi Mato Grosso do Sul, mas com apenas 30,3%, seguido por Distrito Federal (18,1%), Rondônia (17,7%) e Sergipe (16,1%).

Os parlamentares buscam



estratégias para resolver o problema. Uma delas é assegurar maior integração das emendas de bancadas aos programas do governo federal no estado. Outra ideia é a elaboração de uma "carteira de projetos", conjunto de obras e serviços que teria recursos federais, estaduais e municipais.

Em contrapartida, as emendas de comissões são quase integralmente executadas. É o caso, por exemplo, das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, com 100% e 97,2% de execução orçamentária, respectivamente.

Comissão altera PPA para incluir novas obras no PAC

A CMO aprovou ontem o relatório preliminar do PL 38/10, que altera o Plano Plurianual 2008-2011 para possibilitar a inclusão de novos empreendimentos na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no próximo ano. A matéria ainda precisa

ser votada pelo Plenário do Congresso Nacional e teve como relator o deputado Colbert Martins (PMDB-BA).

As alterações vão beneficiar seis eixos de investimentos federais: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para

Todos; Transportes; e Energia. A previsão de recursos é de R\$ 958,9 bilhões durante o período 2011-2014.

A verba deverá ser utilizada em sistemas de esgoto e coleta de lixo; na educação infantil e na construção de quadras esportivas em escolas; na oferta de financiamentos habitacionais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); na universalização do acesso à energia elétrica e na expansão dos sistemas de abastecimento de água nas áreas urbanas; na expansão do sistema rodoviário, da malha ferroviária e da capacidade do sistema aeroportuário; e na geração de energia baseada em fontes renováveis e limpas, entre outras.



Mudanças aprovadas pela CMO modificam seis eixos de investimento federal

Waldemir Barreto/Senado Federal

Alvaro Dias alerta para apagão da infraestrutura do país

Ao defender mais investimentos em infraestrutura, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou em Plenário o baixo volume de recursos que o governo federal destina a essa área. Além disso, ele criticou os investimentos que o governo tem feito em outros países. Para o senador, "se o país não investir vigorosamente em obras de infraestrutura no Brasil, vai preparar um apagão de médio prazo".

– O apagão já é presente no setor portuário e, um dia após o outro, ocorrem situações de caos no setor aeroviário.

O senador citou números apontando crescimento nas despesas governamentais, de 2003 a 2010, em torno de 47% do produto interno bruto (PIB). Mas nesse período, segundo ele, apenas 2% do PIB, em média, teriam sido dedicados à infraestrutura.

De acordo com Alvaro Dias, o percentual de 2% corresponde a um terço do que é gasto em infraestrutura na China e no Chile, e à metade na Índia. Ele argumentou que o número



Geroldo Magliola/Senado Federal

Senador afirma que investimento em outros países cria emprego "lá fora"

teria de aumentar para 6% do PIB para "alcançar um patamar confortável".

– O investimento em infraestrutura é condição necessária tanto para o crescimento econômico como para ganhos sustentáveis de competitividade – enfatizou.

Em crítica a investimentos do Brasil em países como Venezuela e Cuba, Alvaro Dias disse que "estamos gerando emprego lá fora e deixando de gerar emprego aqui".

Roberto Cavalcanti lamenta que Paraíba esteja fora do PAC

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse ontem que, apesar de o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prever diversos projetos estruturantes, a Paraíba não foi contemplada com nenhum deles. O senador, que faz parte da base governista, protestou por seu estado ter protelado projetos importantes para a sua população, como a transposição de águas do rio São Francisco.

– Sinceramente, é difícil acreditar que, aqui e acolá, algumas vozes ainda se levantem contra o projeto – lamentou.

Cavalcanti lembrou que há 25 anos o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) apresentou a concepção inicial do projeto, que previa construção de apenas um canal destinado exclusivamente à irrigação, com vazão de 300 metros cúbicos por segundo. Desde então, o projeto passou por várias modificações, até 2006, quando se definiu a captação de apenas 26,4 metros cúbicos por segundo, divididos em dois eixos: 16,4 metros cúbicos para o eixo



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cavalcanti defende a transposição de águas do rio São Francisco

norte e 10 metros cúbicos para o eixo leste.

O senador observou que essa será a captação mínima, feita de forma contínua, mas poderá ser feita captação adicional quando a barragem de Sobradinho começar a verter. Além disso, ele assinalou que agora o projeto está associado a um programa de revitalização da bacia do São Francisco, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

CI aprova emendas ao Orçamento no valor de R\$ 415 mi

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem cinco emendas ao projeto de Orçamento de 2011 no valor total de R\$ 415 milhões.

Uma delas, de Valter Pereira (PMDB-MS), destina R\$ 50 milhões para a construção de ponte internacional sobre o rio Marmoré. Outra, de Acir Gurgacz (PDT-RO), aloca R\$ 120 milhões para o atendimento de demanda por energia elétrica em localidades isoladas. Por sugestão de Gilberto Goellner (DEM-MT), R\$ 237 milhões foram alocados para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Já Marconi Perillo (PSDB-GO) propôs R\$ 3 milhões para a construção do contorno rodoviário no município de Anápolis (GO) e R\$ 5 milhões para a construção de trecho rodoviário na divisa GO/MT.

CRA concentra recursos no Seguro Rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou quatro emendas no valor total de R\$ 810 milhões ao projeto de Lei Orçamentária para 2011.

A primeira (R\$ 130 milhões) beneficia a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e foi apresentada por Jayme Campos (DEM-MT). Outra emenda, de Gilberto Goellner (DEM-MT), destina R\$ 100 milhões a programas de prevenção, controle e erradicação de doenças animais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A terceira, de Romero Jucá (PMDB-RR), aloca R\$ 120 milhões no apoio a projetos de infraestrutura e serviços em áreas rurais. A última emenda, de João Tenório (PSDB-AL), destina R\$ 460 milhões para o prêmio do Seguro Rural.

Emendas da CMA visam despoluição de rios

As emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) incluem uma indicação de R\$ 200 mil para ações de remoção de poluentes de bacias hidrográficas. As quatro emendas foram aprovadas com base em relatório do senador Jefferson Praia (PDT-AM).

Os recursos para a remoção de poluentes de rios devem ser acrescidos à programação orçamentária da Agência Nacional de Águas (ANA). Ainda na área ambiental, uma segunda emenda, no valor de R\$ 150 mil, prevê recursos para a formação de educadores ambientais. As duas emendas restantes envolvem recursos em favor de órgãos de fiscalização e controle. A de maior valor reserva ao Ministério Público Federal R\$ 100 milhões. Já o Tribunal de Contas da União (TCU) pode ser atendido com R\$ 40 milhões.

Valor reservado a propostas de investimentos federais feitas pelas bancadas e comissões do Congresso foi anunciado ontem pelo relator-geral, Gim Argello

Orçamento pode ter R\$ 1,68 bi para emendas coletivas

OS RELATORES SETORIAIS do projeto de Orçamento da União para 2010 terão R\$ 1,689 bilhão para atender as bancadas e comissões permanentes do Senado e da Câmara em suas emendas coletivas, cujo prazo para apresentação se encerra hoje. O número foi anunciado pelo relator-geral do projeto (PLN 59/10), senador Gim Argello (PTB-DF), durante reunião ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A distribuição deste valor pelas dez áreas temáticas do Orçamento dependerá da quantidade de emendas apresentadas. No Orçamento de 2010, as áreas campeãs no rateio dos recursos foram educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte (18,7%),

infraestrutura (15,9%) e fazenda, desenvolvimento e turismo (14,5%).

Acordo

Os relatores setoriais fecharam com o relator-geral do Orçamento acordo pelo qual destinarão 60% do total dos recursos para atendimento das emendas de bancadas e 40% para as emendas de comissão.

Hoje se encerra também o prazo para apresentação de emendas individuais ao Orçamento. Cada parlamentar pode propor 25 emendas, que devem totalizar no máximo R\$ 13 milhões.

Gim Argello reservou para essas emendas R\$ 7,7 bilhões, o que corresponde a 0,38% do

total das despesas federais previstas para o próximo ano – R\$ 2,048 trilhões.

Com o fim do prazo para apresentação de emendas, a CMO dá início a uma nova etapa no exame do Orçamento, chamada de ciclo setorial. Nela, os relatores setoriais darão pareceres sobre as diversas áreas e subáreas temáticas, inclusive aproveitando as emendas.

Pelo Senado, são relatores setoriais: Flexa Ribeiro (PSDB-PA), encarregado da área de saúde; Inácio Arruda (PCdoB-CE), que cuida da integração nacional e do meio ambiente; Gilvam Borges (PMDB-AP), da justiça e da defesa; e Adelmir Santana (DEM-DF), dos poderes do Estado e representação.



Senadores Inácio Arruda (E), Adelmir Santana e Flexa Ribeiro (C) e deputados reuniram-se ontem com Gim Argello (D)

CDH apoia igualdade racial e combate à homofobia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem três emendas ao Orçamento da União para 2011, que totalizam R\$ 1,15 bilhão. O relator, Paulo Paim, (PT-RS) explicou que o critério usado para selecionar três entre 38 emendas apresentadas na CDH foi priorizar as áreas que concentraram a preferência dos parlamentares. Assim, venceram as iniciativas de apoio à promoção da igualdade racial (R\$ 388 milhões); de apoio à prevenção e ao combate à homofobia (R\$ 302,8 milhões); e de apoio às ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (R\$ 460 milhões).

– Infelizmente, não tivemos como inserir as emendas sobre o centro de referência para idosos e de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas procuramos acatar parcialmente a vontade de todos os senadores e entendemos que essas três emendas contemplaram os objetivos maiores da comissão – justificou Paim.

CAS prioriza saneamento básico para o interior

Quatro emendas ao Orçamento de 2011 serão apresentadas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), cada uma de R\$ 250 milhões. Duas para melhorar sistemas de abastecimento de água e de manejo de resíduos sólidos, uma favorecendo a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e a última destinando recursos a unidades de atenção especializada de saúde.

Inicialmente, os senadores que integram a comissão haviam proposto um total de 53 emendas. Coube ao relator, Efraim Morais (DEM-PB), fazer a triagem. Os projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos e abastecimento de água serão desenvolvidos exclusivamente em municípios de até 50 mil habitantes, que não façam parte de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides). Eles resultaram de aglutinação de emendas dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

CE destina verbas para recuperar escolas públicas

Quatro emendas totalizando R\$ 833 milhões serão submetidas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ao Orçamento de 2011. Segundo explicou o relator das propostas aprovadas ontem, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), 53% dos recursos ficaram para duas emendas destinadas à educação.

Os outros 47% foram distribuídos entre uma emenda direcionada à cultura e outra ao esporte.

A maior emenda acolhida pelo relator destina R\$ 300 milhões a ações de apoio à reestruturação da rede física pública da educação básica.

Ainda na área de educação, aprovou-se emenda para

direcionar R\$ 143 milhões à “formação em serviço de funcionários da educação básica”.

A terceira emenda destina R\$ 190 milhões ao fomento a projetos em arte e cultura. E a última, R\$ 200 milhões ao funcionamento de núcleos de esporte educacional, dentro do programa Segundo Tempo.

CAE beneficia Suframa com R\$ 100 milhões

As emendas ao Orçamento para 2011 aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) totalizam R\$ 350 milhões. A primeira delas, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destina R\$ 100 milhões para a instalação e a operação de zonas de processamento de exportação (ZPEs). Outra, de Valdir Raupp (PMDB-RO), beneficia a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com R\$ 100 milhões. A terceira, de Romero Jucá (PMDB-RR), prevê R\$ 100 milhões para capacitação de microempresas e empresas de pequeno e médio porte. A última, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), reserva R\$ 50 milhões para o fortalecimento de cadeias produtivas.

A CAE também autorizou o estado do Rio Grande do Norte a tomar emprestado até US\$ 7 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Desenvolvimento e turismo podem levar R\$ 1,1 bi

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) indicou ontem R\$ 1,1 bilhão em emendas parlamentares ao Orçamento para 2011, destinando os recursos aos ministérios do Turismo, da Integração Nacional e das Cidades.

Quase a metade do total (R\$ 500 milhões) é reservada para investimentos no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Outros R\$ 200 milhões podem ser aplicados no treinamento de mão de obra para o setor.

Os últimos R\$ 300 milhões serão gastos pelo Ministério das Cidades com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Comissão aprova relatório de gestão do FNO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo encaminhou ontem à CMO relatório de gestão e demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referentes a 2009. O parecer do senador Jefferson Praia (PDT-AM) foi aprovado sem modificações.

O relatório, recebido da presidência do Banco da Amazônia, torna possível, segundo Praia, uma melhor compreensão das atividades do fundo – que promove “a redução das desigualdades entre as regiões”. Traz também informações sobre as contratações por setor econômico e porte do beneficiário, inadimplência por estado e setor econômico e a distribuição dos recursos por setor econômico e por estado.



Nery quer que Brasil proteste na ONU contra repressão dos marroquinos

Nery pede posição em defesa do Saara Ocidental

O senador José Nery (PSOL-PA) pediu ontem que o governo brasileiro cobre da Organização das Nações Unidas (ONU) uma manifestação de repúdio à violência cometida pelo exército do Marrocos contra o povo saaraui, conflito que ocorre há mais de 30 anos no norte da África.

Nery também pediu a realização de uma reunião entre o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a bancada de senadores para discutir como o Brasil pode interferir positivamente para o fim do conflito e para que seja reconhecida a independência do Saara Ocidental.

Senadora defende revisão urgente do pacto federativo e afirma que o atual modelo tende a ser "extremamente injusto e deficiente para com as prefeituras"

Marisa diz que federação brasileira pune municípios

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS) defendeu ontem a reformulação do pacto federativo brasileiro, destacando que o modelo de organização político-administrativa do país "tende a ser extremamente injusto e deficiente para com as prefeituras".

– Está mais do que na hora de estabelecermos um novo pacto federativo, que não deve retirar da União o papel nuclear de coordenação administrativa do país, mas precisa assegurar aos estados e, sobretudo, aos municípios as condições essenciais à condução de seus destinos – afirmou a parlamentar.

Marisa informou que aos municípios não chegam nem 16% de toda a arrecadação federal. De acordo com a senadora, os prefeitos estão reivindicando



Marisa Serrano: estados e municípios não têm como enfrentar despesas

aumento de dois pontos percentuais no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal transferência da União aos municípios.

A parlamentar disse que muitas prefeituras não conseguem pagar o piso salarial do magis-

tério. Também entre os estados há dificuldades, uma vez que 17 deles deveriam receber mas não recebem o auxílio do governo federal para pagar o piso dos professores.

Ela informou que, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, os municípios usam 73,3% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) só para pagar a folha de pessoal.

Da mesma forma, lembrou a senadora Marisa Serrano, os municípios não conseguem tratar de seus próprios doentes, sendo obrigados a encaminhá-los para cidades mais ricas, sobrecarregando o sistema de saúde dessas.



Jarbas Vasconcelos acredita que Lula usou popularidade para eleger Dilma

Jarbas denuncia "abusos" de Lula nas eleições

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse ontem que o resultado das urnas não apaga os abusos cometidos durante a campanha eleitoral pelo presidente Lula e pelo PT.

– O presidente da República usou e abusou da popularidade para eleger Dilma. Lula montou um palanque móvel antes do prazo legal e com ele percorreu o Brasil. O presidente desrespeitou a legislação eleitoral para viabilizar a vitória da candidata do PT. Fez uso exagerado da máquina do governo, atacando a oposição e pregando o extermínio dos seus adversários – afirmou.

Zambiasi comemora liberação de recursos para combate ao crack

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou em Plenário a edição da Medida Provisória 498/10, que destina R\$ 1,9 bilhão para a Presidência da República e 11 ministérios e R\$ 328,36 milhões para o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

– Com isso, o governo federal dota os órgãos envolvidos na execução desse plano de plena capacidade de operacionaliza-

ção para alcançar esses objetivos – disse.

Zambiasi pediu ainda ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que coloque em votação seu projeto (PLS 187/09) que aumenta as penas para o crime de tráfico de crack.

Zambiasi manifestou ainda seu contentamento com a assinatura ontem, em Porto Alegre,



Zambiasi pede que CCJ vote projeto que amplia pena para tráfico de crack

de um acordo entre instituições do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a fundação do Instituto Crack, Nem Pensar.



Mozarildo Cavalcanti sugere presença do MPF na apuração

Mozarildo quer investigação na saúde em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu, em discurso, a atuação do Ministério Público Federal, além do MP estadual e da Polícia Civil, para investigar "o caos que se instalou na saúde" em seu estado.

– O Ministério Público Federal precisa entrar também, porque a saúde recebe uma dotação forte de verbas federais.

Além do descarte de medicamentos com validade até 2013, ele relatou outros problemas: conforme a imprensa de Roraima, cirurgias estão sendo desmarcadas por falta de material, e familiares dos internados estão comprando seringas, soro e outros produtos.

Valter Pereira relata crise na saúde pública do país



Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) fez, ontem, um retrato da "crise na saúde pública" do país, relatando a situação vivida pela Santa Casa de Campo Grande, onde pacientes se acumulam nos corredores à espera de leito na UTI ou vaga no centro cirúrgico. Faltam ainda

profissionais, equipamentos, medicamentos e material de consumo.

– No alvorecer do novo governo da República, espero que o sistema de saúde que foi implantado no sentido de democratizar a atenção médica tenha prioridade.

Jefferson propõe apoio para micro e pequenas empresas

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu apoio ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 591/10, que propõe mudanças na Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/06). De acordo com o senador, o projeto beneficia o empreendedor individual, promovendo a correção de valores que definem a categoria na qual as empresas se enquadram. O PLP 591/10 ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados.

– Não tenho percebido [no Congresso] reações contrárias às microempresas, mas também percebo certa lentidão em relação às proposições voltadas a essas empresas. Aqui temos uma proposição importantíssima para que as pequenas empresas possam ter melhor desempenho – defendeu o senador.

Valadares defende posse de João e Janete Capiberibe

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem agora em mãos "a chance de reparar uma injustiça", disse ontem Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele se referia ao caso do ex-senador João Capiberibe e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe. O casal, por ter sido cassado por compra de votos em 2005, foi enquadrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na Lei da Ficha Limpa e corre risco de não tomar posse em 2011.

Valadares mencionou noticiário segundo o qual o processo foi "manipulado por um grupo com predomínio no estado do Amapá".



Para Valadares, Supremo agora tem condições de reparar uma injustiça

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Mozarildo Cavalcanti • Tião Viana • Jefferson Praia • Roberto Cavalcanti • Osmar Dias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Após faltar a três convites, presidente do IBGE é convocado

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que convoca o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, para debater possíveis inconsistências do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006.

A senadora disse ser necessário "cometer a indelicadeza de convocação", uma vez que o presidente do IBGE "não tem encontrado espaço em sua agenda" para comparecer à comissão e explicar denúncias de equívocos no Censo Agropecuário. Ela explicou que o primeiro requerimento convidando Eduardo Nunes foi aprovado pela CRA em 17

de novembro de 2009. Depois disso, três audiências públicas foram marcadas – em março, abril e agora em novembro – e em todas elas o convidado não compareceu.

A senadora disse que não teve alternativa senão recorrer ao que lhe garantem a Constituição e o Regimento Interno do Senado, que preveem a convocação de autoridades nesses casos.

As denúncias de equívocos no Censo Agropecuário referem-se, sobretudo, aos índices de concentração de terra no país (Índice de Gini). O IBGE teria divulgado inicialmente que houve aumento na concentração de terras em uma década, mas depois teria revisto os dados e apontado o contrário.



Separação de acerola em Cuiabá: projeto estende aos produtores de frutas nativas incentivos da Lei Agrícola

Bruno Spada/MS

Cultivo de espécies nativas pode garantir isenção do ITR

Virgílio explica que proposta de sua autoria, aprovada pela CRA, além de incentivar a atividade econômica, favorece a produção de alimentos e a recomposição das matas originais do país

A ISENÇÃO DO Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) poderá ser concedida ao produtor rural que cultiva frutas nativas da sua região. Projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposição segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O texto aprovado (PLS 580/09), com emendas do relator, Augusto Botelho (sem partido-RR), altera a Lei 9.393/96, que já isenta do pagamento desse tributo as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de interesse ecológico.

A proposição estende aos pro-

dutores de frutas nativas os incentivos especiais da Lei Agrícola (Lei 8.171/91), como prioridade no crédito rural, financiamento e seguro oficial; prioridade no recebimento de benefícios de infraestrutura rural; e preferência nos serviços oficiais de assistência técnica.

Meio ambiente

Ao justificar sua proposição, Arthur Virgílio argumenta que a medida visa incentivar a atividade econômica e, ao mesmo tempo, contribuir para o meio ambiente, favorecendo a produção de alimentos e a recomposição das matas originais do país.

Durante a discussão, Osmar Dias (PDT-PR) disse reconhecer os méritos do projeto, mas ressaltou

que a proposta que reformula o Código Florestal, em debate na Câmara, deverá trazer benefícios além dos contemplados na proposição de Virgílio, permitindo que, na área de reserva legal, o produtor possa cultivar frutíferas nativas e árvores exóticas. Como não há certeza de aprovação do novo Código Florestal pelos deputados e tendo em vista que o projeto de Arthur Virgílio ainda passará pela CAE, Osmar Dias votou pela aprovação da matéria.

Marisa Serrano (PSDB-MS) também apoiou o projeto, que considera ter "méritos indiscutíveis". Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é importante incentivar o cultivo das espécies nativas até como forma de baratear o preço de frutas, como o açaí na Amazônia.

Indústrias de alimento longe dos aeroportos

A fim de reduzir o risco de acidentes decorrentes da colisão de pássaros com aeronaves, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou,

ontem, texto do senador Jefferson Praia (PDT-AM) sobre projeto aprovado na Câmara para regulamentar o uso do solo em áreas próximas a aeroportos. Em geral, ele retira das imediações

dos aeroportos atividades que atraem aves, como as indústrias alimentícias, cujos resíduos interessam aos urubus.

Entre as restrições aprovadas para proteger contra aves o espaço em torno dos aeroportos, estão a proibição de exercício de atividade atrativa de aves e o fim, imediato ou gradual, de atividade desse tipo já existente.

De acordo com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), os três maiores aeroportos brasileiros registram quase oito incidentes entre aviões e aves a cada mês.



Jefferson Praia, relator, e Cicero Lucena: objetivo é reduzir número de acidentes

Márcia Kallume/Senado Federal



Kátia Abreu (C) diz que optou pela convocação depois das seguidas faltas

J. Freitas/Senado Federal

Senadores decidem analisar a atuação da Embrapa no exterior

Requerimento do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) sugerindo uma audiência pública para apresentação dos trabalhos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior também foi aprovado ontem pela CRA.

O objetivo é subsidiar a discussão e a votação da Medida Provisória (MP) 504/10, que autoriza a criação de escritórios e representações da empresa no exterior. A MP, que modifica a lei que autorizou a criação da Embrapa (Lei 5.851/72), está em exame na Câmara dos Deputados.

Deverão ser convidados para a audiência o diretor-presiden-

te da estatal, Pedro Arraes, e o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ministro Marco Farani.

Goellner disse considerar como de grande importância o trabalho realizado pela Embrapa no Brasil e em âmbito internacional. Por isso, em sua avaliação, é importante ouvir os diretores para saber quais são os trabalhos a ser realizados e a forma como a instituição atuará.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), disse considerar importante a institucionalização do trabalho da Embrapa no exterior, empresa cuja relevância "é reconhecida pelos integrantes da comissão".

CMA discute posição brasileira sobre mudanças climáticas

Um debate público sobre as posições e os novos compromissos que devem ser assumidos pelo governo brasileiro na próxima conferência mundial sobre mudanças climáticas será realizado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A chamada 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-16) acontece entre 29 de novembro e 10 de dezembro no México.

Em horário a ser marcado, a audiência foi proposta por Marina Silva (PV-AC) e aprovada

pela CMA ontem. A intenção é discutir os compromissos assumidos pelo governo na COP-15, no ano passado, em Copenhague, na Dinamarca. Marina sugeriu que seja avaliada a implementação da Lei 12.187/09, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação.

Para a senadora, há uma "legítima demanda" da sociedade por transparência na política nacional sobre a questão climática. Nesse sentido, em sua opinião, a audiência pública poderá assegurar um mínimo de participação do Congresso e da sociedade civil.

Marina quer debater divisão de tarefas em questões ambientais

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento de Marina Silva (PV-AC) para debater projeto (PLC 1/10) que define como a União, os estados e os municípios devem atuar em ações que envolvam a participação de todos na área ambiental.

A Constituição diz que são atribuições comuns aos entes a proteção das paisagens naturais notáveis e do meio ambiente, o combate à poluição e a preservação das florestas, fauna e flora.

Marina disse que vários setores

da sociedade estão preocupados com o projeto aprovado na Câmara, especialmente no que se refere ao licenciamento ambiental e ao poder de fiscalização do Ibama. Segundo ela, algumas funções não podem ser "subtraídas" do governo federal, a despeito de ser positiva a iniciativa de regulamentação das competências comuns.

A subcomissão temporária, no âmbito da CMA, que acompanha as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, aprovou também requerimento de audi-



Segundo Marina, teor do projeto preocupa setores da sociedade

Márcia Kallume/Senado Federal

ência para avaliar problemas na obtenção de licenças necessárias ao início das obras.

Antes de ser submetida aos deputados, prorrogação do prazo ainda depende de decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto dá isenção a materiais para casas populares

Materiais para construção ou reforma de casas populares poderão ficar isentos de contribuições para o PIS-Pasep, podendo ainda ser liberados da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Projeto com essa finalidade, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposta (PLS 141/10) autoriza o Executivo a reduzir a zero as alíquotas dessas contribuições incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de material de construção destinado à execução de programas e projetos habitacionais.

No seu parecer, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirma que o déficit habitacional no país justifica a iniciativa de Zambiasi.

Sudene e Sudam podem manter benefícios até 2033

EMPRESAS QUE OPERAM nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) poderão ter prazo prorrogado até 2033 para inscrever seus projetos e terem direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais. Projeto de lei do senador Jefferson Praia (PDT-AM) com esta finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

De acordo com a proposta (PLS 238/10), será estendido de 2013 para 2033 o prazo para que pessoas jurídicas possam inscrever e ter aprovados projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação



Roberto Cavalcanti (E) recomenda a aprovação da proposta de Jefferson Praia

de empreendimentos nessas regiões com direito à redução de imposto.

Também serão prorrogados até 2033 os incentivos fiscais, de no máximo 30%, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados prioritários para o

desenvolvimento regional.

Jefferson Praia argumentou que os incentivos fiscais devem permanecer para que o crescimento econômico do Nordeste e da Amazônia tenha continuidade. O relator, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), recomendou a aprovação.

Comissão aprova criação de ZPE em Cristalina

O município de Cristalina (GO) poderá abrigar uma zona de processamento de exportação (ZPE), de acordo com projeto de lei do senador Gim Argello (PTB-DF) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decisão terminativa sobre o projeto (PLS 185/10).

Para Gim, a instalação de uma ZPE em Cristalina contribuirá para agregar valor aos produtos locais, facilitando a exportação.

Cristalina, explicou o senador, é conhecida por sua extração de cristais e produção de peças desse material, mas também se destaca como importante produtora de grãos. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou parecer favorável à aprovação.

Dornelles critica projeto que modifica atribuição do Cade

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que tem "muito receio" do projeto em tramitação no Senado que reformula o sistema de defesa da concorrência e amplia o poder do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica.



Dornelles

principal modificação trazida pelo projeto (PLC 6/09) está relacionada ao sistema de autorização do Cade para fusão e incorporação de empresas. A medida permitiria que o Cade autorizasse previamente qualquer processo de fusão e incorporação, ao contrário do que ocorre hoje, quando a autorização é concedida posteriormente ao processo.

Segundo o senador, a

Azeredo alerta para risco de desindustrialização do país

O risco de que a indústria perca cada vez mais espaço na economia do país foi tema do discurso que o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez ontem em Plenário. Ele apontou o problema da "invasão" dos produtos importados e afirmou que há três desafios a serem enfrentados: a carga tributária, a taxa de

câmbio e a infraestrutura logística.

O senador mineiro ressaltou que atualmente a participação dos produtos importados no mercado doméstico é recorde, apresentando o maior percentual desde 2003. Neste semestre, informou ele, a participação estimada é de 22,7%.

Para ACM Júnior, Bahia perde por não ter infraestrutura

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou ontem que a Bahia deixou de ser a sexta economia estadual do país (posição agora ocupada por Santa Catarina) por falta de investimentos em infraestrutura.

De acordo com o senador, a Bahia tem atraído



ACM Júnior

menos investimentos em decorrência de desvantagens em sua infraestrutura, principalmente em relação aos serviços portuários, que classificou como "extremamente precários". O porto de Salvador, disse, é considerado o pior do Brasil.

Papaléo elogia trabalho da Fundação Bradesco

Papaléo Paes (PSDB-AP) elogiou ontem o trabalho educacional realizado pela Fundação Bradesco, que tem hoje 40 escolas e 110 mil alunos em todo o Brasil. A primeira escola foi inaugurada em junho de 1962, na Cidade de Deus, Osasco (SP), pelo fundador do banco, Ama-



Papaléo Paes

dor Aguiar. Eram sete professores e 300 alunos.

– Essas escolas são autênticas referências socio-culturais nas regiões nas quais se fazem presentes – afirmou o parlamentar, ressaltando a presença da fundação em seu estado, com uma escola em Santana.

Gurgacz quer menos burocracia para empresas

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ontem menos entraves burocráticos para as empresas privadas. O senador citou reportagem da revista *Exame* enumerando os três desafios para o setor privado no Brasil: a falta de regras claras para negócios; a deficiência na formação de mão de obra; e o



Acir Gurgacz

excesso e a complexidade dos tributos. A revista cita o exemplo da Natura, que tem cerca de 1,2 milhão de vendedores autônomos. A empresa tem 40 pendências de pesquisas de princípios ativos para seus produtos, entravadas sob mais de 180 mil regras legais, entre decretos, leis e medidas provisórias.

Viana destaca crescimento da região Norte e do Acre

Tião Viana (PT-AC) avaliou ontem que a região Norte e, em particular, o Acre, têm apresentado bons resultados econômicos, caminhando na direção de superar as desigualdades regionais. Ele explicou que a avaliação se baseia em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e



Tião Viana

Estatística (IBGE) relativos à expansão do produto interno bruto (PIB) dos estados e de regiões em 2008. Tião creditou esse crescimento a ações dos governos estadual e federal, ao Programa de Aceleração do Crescimento e a programa voltado para beneficiar a Amazônia.

Cotait homenageia Líbano por 67 anos de independência

Alfredo Cotait (DEM-SP) comemorou ontem o 67º aniversário de independência do Líbano. "Um pequeno país do Oriente Médio com uma história de mais de 6 mil anos", disse o senador, que é o atual presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano. Ele aproveitou para sugerir que o governo brasileiro estude a



Alfredo Cotait

possibilidade de um acordo de livre comércio entre Brasil e Líbano ou até mesmo entre o Mercosul e o Líbano.

Cotait informou que a República Libanesa tem pouco mais de quatro milhões de habitantes e território de apenas 10 mil km². Dez milhões de brasileiros têm antepassados libaneses, completou.

Lula vai ao Ceará inaugurar hospital, diz Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou ontem que, no dia 10 de dezembro, o presidente Lula vai ao Ceará para participar do lançamento da pedra fundamental da Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira e inaugurar o Hospital Regional do Cariri, que atenderá uma região com mais de

1,5 milhão de habitantes que não tinha um hospital público de alta complexidade. Segundo ele, a saúde pública no Ceará nunca esteve tão bem atendida. Inácio Arruda disse que o hospital é o resultado de um esforço do governo estadual, o qual elogiou pela correta destinação dos recursos.

Mário Couto acusa PT de desvio de recursos do seguro-defeso

Sem citar nomes, o senador Mário Couto (PSDB-PA) acusou ontem o PT de eleger deputados estaduais e federais no Pará com o desvio de recursos do seguro-defeso. Esse benefício é concedido aos pescadores artesanais para compensá-los pelos períodos em que se proíbe a pesca de determinadas espécies de peixe.



Mário Couto

– Não existe controle [sobre a concessão do seguro-defeso]. Não existe fiscalização – declarou.

Mário Couto disse que há um município com 20 mil habitantes onde 90% da população recebe o seguro-defeso. Lá, garantiu, "aquele que nunca foi para o mar, que nunca pegou num anzol também ganha o benefício".